

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 163
Período: 02/04/05 a 08/04/05
Franca – Brasil

- 1-Uruguai não garante apoio à candidatura do Brasil a assento permanente CS
- 2- Direito de anistia beneficia ex-cabo da Marinha
- 3- PF e Exército localizam cemitério clandestino em operação no Pará
- 4- Ibama quer vetar treino da Marinha em Alcatrazes
- 5- Anistia Internacional critica ação do Exército em conflitos sociais
- 6- Senado aprova autorização para compra de aviões da FAB
- 7- Operação aponta funcionamento ilegal de empresas no Pará
- 8- Brasil analisa a retirada de tropas brasileiras do Haiti

Uruguai não garante apoio à candidatura do Brasil a assento permanente CS

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em visita oficial ao Brasil, na qual reuniu-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não apoiou explicitamente a candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O Presidente uruguaio limitou-se a comentar que seu país considera legítimas as aspirações do Brasil, e as observa com “atenção” e “respeito”. A postura de Vázquez foi contrária a de outros chefes de Estado que visitaram o Brasil nos últimos meses, os quais reconheceram os esforços brasileiros na liderança da Força de Paz da ONU no Haiti e garantiram apoio à candidatura do Brasil. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/04/05; O Globo – O País – 02/04/05).

Direito de anistia beneficia ex-cabo da Marinha

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o ex-cabo da Marinha José Anselmo dos Santos entrou com ação judicial requerendo uma indenização do governo pela perseguição política sofrida em 1964. Neste mesmo ano, Santos protagonizou o episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros, que foi um dos estopins do golpe militar, ao fazer um discurso em defesa do então Presidente da República João Goulart e de suas reformas de base. Segundo a *Folha*, o direito de anistia do ex-cabo Santos enquadra-se na lei 10.559, de 2002, a qual estabelece reparação econômica a todos aqueles que sofreram perseguição política no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. De acordo com o jornal citado, o ex-cabo deve ter sua anistia garantida, apesar de ser suspeito de, no ano de 1971, quando foi preso, ter colaborado com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão da linha dura da repressão militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/05).

PF e Exército localizam cemitério clandestino em operação no Pará

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a Polícia Federal (PF) e o Exército localizaram no município de Novo Progresso, no estado do Pará, um cemitério clandestino com diversas ossadas. O cemitério clandestino foi localizado após uma denúncia anônima, recebida pela PF e pelo Exército, sobre a existência de vala comum onde teriam sido enterrados quatro corpos. Após escavações, agentes encontraram diversos restos mortais. Segundo o jornal, as apurações indicam que os corpos podem ser tanto de integrantes do Movimento Sem-Terra (MST), quanto de posseiros e pistoleiros que atuam na região. As informações sobre a localização do cemitério clandestino constam em um relatório da Polícia Federal que compõe um balanço da Operação Pacificação, que teve início no Estado há 20 dias. A operação envolve, pelo menos, 60 agentes da PF, 30 policiais rodoviários federais e cerca de 2000 homens do Exército no sul, sudoeste e oeste do Pará. Os trabalhos são coordenados pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência com a participação de diversos ministérios, entre eles o da Justiça e da Defesa. Segundo o jornal, agentes e soldados do Exército cumprem mandados de busca e apreensão autorizados pela Justiça na casa de indivíduos suspeitos do crime de pistolagem, isto é, atuação como pistoleiros na região. (Folha de S. Paulo – Brasil – 03/04/05).

Ibama quer vetar treino da Marinha em Alcatrazes

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) deseja transformar a ilha principal do arquipélago dos Alcatrazes, no estado de São Paulo, em uma unidade de conservação. Atualmente a Marinha usa um trecho da ilha como alvo para exercício de tiros. O Ibama alega que os exercícios militares são uma ameaça à fauna e à flora da região. Se a ilha for considerada um “refúgio de vida silvestre”, a Marinha terá que acabar com os exercícios, mas poderá manter sua presença no local. Segundo o jornal, a Marinha declarou que pretende manter os treinos e que sua presença não agride o meio ambiente, mas sim inibe a atividade humana predatória no local. Além disso, um fator que demonstra que a Marinha sempre esteve preocupada com a questão ambiental consiste na criação, em 1990, de um grupo de trabalho (GT) em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente, com o objetivo de avaliar e reduzir os impactos ambientais decorrentes de seus exercícios de tiro no arquipélago. O produto desse trabalho conjunto, que concluiu a possibilidade da prática harmoniosa com as limitações ecológicas de Alcatrazes, foi totalmente acatado e acordado em Termo de Compromisso, firmado em 1994, entre o Ministério da Marinha e o Ministério do Meio Ambiente. Apesar disso, os exercícios militares estão suspensos há duas semanas por determinação do Ibama, devido a um incêndio ocorrido em novembro causado pelos tiros, o qual rendeu o pagamento da Força de uma multa de 1,05 milhão de reais ao Ibama. A Marinha se defendeu, conforme o Jornal *O Estado de S. Paulo*, dizendo que o próprio relatório do Ibama apontou que o incêndio se limitou à vegetação rasteira e pequenos arbustos. O capitão-de-mar-e-guerra da Marinha, Paulo Ricardo Médici, em entrevista ao *Estado*, falou sobre a escolha do Arquipélago para suas

atividades de treinamento. Foram avaliados diversos fatores, incluindo a concentração populacional da área, custos e características do terreno. A conclusão foi que o Arquipélago de Alcatrazes atendia a todos os requisitos. De acordo com a *Folha*, um documentário será realizado sobre a disputa entre a Marinha e o Ibama pela ilha e sobre a preservação do arquipélago de Alcatrazes. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/05; O Estado de S. Paulo – Vida – 07/04/05).

Anistia Internacional critica ação do Exército em conflitos sociais

O jornal *O Globo*, noticiou que a Anistia Internacional criticou a ação de uma brigada de infantaria do Exército para coibir conflitos sociais e crimes no país. Segundo o jornal, a organização internacional considerou o fato “preocupante e muito negativo” por colocar em risco o exercício dos direitos humanos no Brasil. (O Globo – O País – 05/04/05).

Senado aprova autorização para compra de aviões da FAB

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou a autorização para que o governo possa contratar operação de crédito externo de US\$ 698,7 milhões para a compra de novas aeronaves. A autorização, afirma o jornal, foi solicitada pela Presidência da República e precisa ser aprovada pelo plenário do Senado. O pacote autorizado pela CAE prevê a compra de 12 aviões C-295 da empresa espanhola EADS Casa, que deverão ser utilizados na região da Amazônia; a modernização de oito aviões P-3 A Orion da Força Aérea Brasileira (FAB); a compra de simulador de voo e pacote logístico para manutenção de aviões por cinco anos. O jornal esclareceu que nesta operação de crédito, o governo deverá dar uma contrapartida de US\$ 23,3 milhão através do Fundo Aeronáutico. O empréstimo será feito por meio de um consórcio de bancos formado pelos bancos Bilbao Vizcaya Argentaria, BNP Paribas e Santander Central Hispânico, e garantido pela Companhia Espanhola de Seguros de Crédito a la Exportación. O pacote aprovado pela CAE atenderá os projetos CLX e Modernização do P-3 BR, da FAB, que integram o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O objetivo do projeto P-3 BR é permitir à FAB modernizar os aviões P-3 A Orion, para que estes tornem-se capazes de realizar operações de patrulha marítima e cumprir missões que incluam ataque contra alvos submarinos e de superfície. O projeto foi ampliado para cumprir esta finalidade. O CL-X receberá 12 aeronaves novas, consideradas leves e ágeis, capazes de cumprir missões de transporte e lançamento aéreo, evacuação aeromédica e busca e salvamento, especialmente na Amazônia. O senador Romeu Tuma, do Partido da Frente Liberal (PFL-SP), foi o relator do projeto, que atende a solicitação do Comando da Aeronáutica. De acordo com o Comando, não há no Brasil, até o momento, aeronaves com as características apresentadas pelos aviões a serem adquiridos. O *Estado* informou que dez empresas foram convidadas a participar do projeto vencido pela EADS, que além de apresentar o menor preço, se comprometeu com a transferência de tecnologia

com o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/04/05; O Globo – O País – 06/04/05).

Operação aponta funcionamento ilegal de empresas no Pará

Uma operação realizada pelo Ibama, com apoio do Exército e da Polícia Rodoviária Federal, flagrou, após diversas denúncias, o funcionamento ilegal de madeireiras e serralherias no nordeste do Pará e o avanço dos madeireiros clandestinos em direção à porção paraense da Floresta Amazônica. A vistoria foi feita com os helicópteros do Exército, que localizaram os rastros de devastação. O relatório da operação, que lista 25 responsáveis pelas empresas, foi entregue ao Ministério Público Federal. (Folha de S. Paulo – Brasil - 07/04/05).

Brasil analisa a retirada de tropas brasileiras do Haiti

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile analisam a possibilidade de retirar suas tropas da força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti caso não seja enviada a este país a ajuda humanitária e econômica prometida. De acordo com fontes oficiais desses países, a crise do Haiti não tem solução militar e a entrega da ajuda prometida deve ser exigida pela ONU. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/04/05).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O **Informe Brasil é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Alexandre K. Yasui Matsuyama, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP), Carla Rubacow, Guilherme Miranda, Juliana Bigatão, Liliam Ane Cavalhieri da Cruz, (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.